

Líder aponta trama para dividir PMDB

Sarney quer união com Ulysses para aprovar regimento

O presidente da República, José Sarney, e o presidente do PMDB, da Constituinte e da Câmara, Ulysses Guimarães, estão empenhados em preservar a Aliança Democrática, reabrir as negociações entre o PMDB e o PFL e, no dia 10 de março em diante, conseguir a votação do projeto de regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte.

Quarta-feira, à noite, Sarney foi à residência oficial de Ulysses Guimarães cumprimentar D. Mora Guimarães, que aniversariava. Aproveitou para conversar com o presidente da Constituinte. "Precisamos ficar juntos. Precisamos trabalhar juntos, Dr. Ulysses, porque senão, quem vai sofrer é o nosso Brasil" — disse o chefe do governo. Ulysses Guimarães concordou e, ontem mesmo à tarde, na sua casa, no Lago Sul, promoveu encontro entre os líderes do PMDB e do PFL, Luiz Henrique e José Lourenço.

Estiveram na residência oficial do presidente da Câmara, quarta-feira à noite, entre outras autoridades, o ministro Leonidas Pires Gonçalves, Abreu Sodré, Dilson Funaro, Raphael de Almeida Magalhães, Renato Archer, Aluizio Alves e alguns parlamentares. O presidente Sarney estava descontraído, mas alguns dos presentes notaram certo constrangimento de parte de Ulysses, pelo que havia ocorrido, pouco antes, no plenário da Constituinte: a falta de quorum da bancada do PMDB para votação do regimento interno.

"O PMDB precisa descer do palanque e assumir realmente as responsabilidades de governo", declarou ontem, durante entrevista numa emissora de rádio da capital, o ex-governador Roberto Magalhães (PFL), ao criticar a postura que o PMDB vem tomando em torno das grandes questões políticas e econômicas do país.



"É ponto de honra do PMDB o comando de suas ações". A declaração do líder do partido, deputado Luiz Henrique, feita ontem em tom grave numa entrevista à imprensa, tem alvos certos, explicitados por ele mesmo — o líder do PFL, deputado José Lourenço: "O seu trabalho é de colocar uma cunha para dividir o PMDB, mas não vai conseguir"; o líder do Governo, deputado Carlos Santana, "autor do texto final do parágrafo agora contestado, vai ter sua atuação examinada pelo partido".

A entrevista de Luiz Henrique, após conversas e consultas a inúmeros parlamentares do PMDB, teve como objetivo demonstrar a disposição de luta do partido e a insatisfação com as tentativas feitas, a partir do governo, para dividi-lo.

Quero deixar claro que temos maioria para aprovarmos sozinho o substitutivo do regimento e vamos fazê-lo no dia 11 de março. Vários companheiros não compareceram por estarem viajando, mas traremos todos a Brasília para a próxima votação. Só haverá

Campos não admite fim da Aliança

Belo Horizonte — "A Aliança Democrática existe para dar sustentação ao governo do presidente José Sarney e não para acompanhar as loucuras do PMDB na Constituinte", declarou ontem o presidente nacional em exercício do PFL, deputado Maurício Campos (MG), ao comentar, em Belo Horizonte, o impasse entre os partidos da Aliança gerado pela votação do projeto de regimento interno da Constituinte. Segundo ele, o PMDB, neste episódio, mostrou que tem "segundas intenções" que os pefelistas não puderam aprovar.

Maurício Campos ressaltou que a retirada do PFL do plenário, em repulsa ao projeto apresentado pelo senador Fernando Henrique Cardoso para o regimento da Constituinte, "não significou, nem poderia significar o rompimento do partido com o governo Sarney". Mas admitiu que os liberais pressionam suas lideranças no sentido de caminharem para a oposição, tanto ao PMDB quanto ao governo.

Arrependimento
Arrependido por ter cometido "excessos", o líder do PDS, Amaral Netto, foi ontem à tribuna da Assembleia para desculpar-se com o PMDB e com o presidente da Constituinte e daquele partido, Ulysses Guimarães, pelo seu "mau comportamento e pelo mau exemplo aos novos parlamentares", quando comparou o comportamento peemedebista à ala das baianas das escolas de samba.



Luiz Henrique, PMDB

acordo se o PFL recuar de sua intransigência. Não nos sujeitaremos a caprichos do PFL. O partido oportunamente examinará a conveniência ou não de se manter a Aliança Democrática.

Irritado, mas cauteloso, pronunciando intercaladamente as palavras nas respostas mais duras, Luiz Henrique deixou no ar uma advertência ao próprio Planalto: "Não creio que o presidente José Sarney, se quiser uma sólida base de

apoio, queira dividir o PMDB. Espero que não haja interferência do governo na Constituinte".

Ao reafirmar que o PMDB não abre mão de votar o substitutivo, Luiz Henrique lembrou que o polémico parágrafo 7 do Artigo 57 "foi negociado pelo deputado Carlos Santana, que fez inclusive sua redação final. Esse dispositivo reflete a unidade do PMDB, referendando acordo com o líder do governo. A bem da verdade, sua proposta era ainda mais liberalizante. Por sugestões nossas, foram incluídos as exigências para a apresentação de um projeto de decisão do apoio de, no mínimo, um terço dos constituintes e o seu exame prévio pela Comissão de Sistematização. Mas distorceram o parágrafo fizeram intrigas, como a de que seu objetivo seria a duração do mandato presidencial".

— A atuação de Carlos Santana vai ser na hora adequada examinada pelo partido. Não vamos adotar decisões precipitadas. A bancada deverá se reunir no dia 10 de março.



Líder tentou, em vão, negociar soberania com PMDB

Duração do mandato é a questão central

O deputado Carlos Santana, médico, tem recorrido a uma imagem profissional para explicar a verdadeira obsessão do Planalto contra o artigo que assegura a soberania da Constituinte: "Uma pessoa, quando se convence de que está doente, recusa as negativas médicas e pode acabar ficando mesmo doente. Este fenômeno psicológico ocorre na medicina e na política".

Preocupação real ou imaginária, a questão da duração do mandato do presidente José Sarney passou a ser o centro de todas as articulações e ações do Planalto. Tudo que possa ser utilizado para reduzi-lo é prontamente combatido.

Carlos Santana, por exemplo, desincumbiu esta missão nas negociações internas no PMDB em torno da soberania da Constituinte. A redação final do polémico parágrafo que praticamente explodiu a

Aliança Democrática foi feita pessoalmente por ele, que teve inclusive a cautela de realizar consultas prévias ao governo.

Um exame mais acurado por especialistas na matéria dentro do Planalto acionou o alerta: a redação não é clara e o regimento pode ser utilizado para encurtar o mandato de Sarney. O Gabinete Civil não perdeu tempo: instruiu o PFL a articular uma reação conservadora, enquanto o próprio Santana foi requisitado para reabrir as negociações com o PMDB.

Santana voltou à cena com uma nova proposta, redigida pelo eficiente regimentalista e subchefe do Gabinete Civil para Assuntos Legislativos, Henrique Hargreaves. O PMDB não aceitou. E atribui a versão de que o substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso coloca na berlinda o mandato de Sarney a intrigas do PFL.

Conversa não muda o panorama

Gerson Menezes

A demonstração de boa vontade do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, que chamou para conversar ontem os líderes do PFL na Câmara e no Senado, José Lourenço e Carlos Chiarelli, não chega a mudar o panorama que resultou da verdadeira batalha campal da última quarta-feira: esse "diálogo" não anula a convicção, entre as lideranças do Congresso, de que a Aliança Democrática está definitivamente morta e sepultada em termos de Constituinte, embora persista a esperança de que ela sobreviva quando a discussão seja "conjuntural", ou seja, em torno de assuntos da realidade sócio-econômica que afligem o governo.

A divisão de forças — de um lado, o bloco, ou "partido", de Sarney, e de outro o grupo mais ligado a Ulysses Guimarães — parece haver evidenciado apenas que o único caminho passa a ser da negociação, uma vez que o confronto coloca todos diante de desdobramentos imprevisíveis. Parlamentares do PFL que analisaram o comportamento de Ulysses no dia seguinte ao confronto em torno do Regimento da Constituinte revelavam-se no entanto convencidos de que "não vale a pena se iludir": o episódio revela apenas mais um lance de habilidade do experiente presidente peemedebista, que demonstra essa "boa vontade" apenas para enfraquecer o poder de mobilização dos contrários, ou

seja, dos que não aceitam o substitutivo de Fernando Henrique Cardoso sem as alterações propostas pelos conservadores. Essas lideranças acreditam que, "negociações" à parte, Ulysses não aceitará ceder um milímetro apenas em torno, por exemplo, do artigo 7º do parágrafo 57, que dispõe sobre as "matérias de relevância", sob pena de se desgastar junto ao grupo que o apóia. A disputa será, novamente, no voto, com cada grupo preparando-se para ganhar mais aliados.

O balanço numérico em torno do caso específico do substitutivo de Fernando Henrique cria um embaraço para o PFL: ele contaria, para rejeitar o parágrafo 7º, com a totalidade de sua bancada (132 constituintes), acrescida dos 19 constituintes do PTB, de cerca de 34 do PDS, de mais 3 ou 4 votos de outros pequenos partidos (como PL e PDC) além de cerca de 100 votos (segundo estimativas pefelistas) no próprio PMDB, o que resultaria em apertada margem acima dos 280 necessários. O embaraço, no entanto, está no novo entendimento de que esse grupo teria que ter, declarados, os 280 votos para derrubar o parágrafo 7º, o que colocaria em situação de constrangimento os presumíveis 100 parlamentares do PMDB, a quem seria exigido mais apenas a ausência de plenário, mas o voto contrário à matéria do seu próprio partido.

O caso específico do regimento não tira a confiança do líder, José

Lourenço, no entanto, que disse ontem contar com maioria "para aprovar qualquer coisa", embora não esteja disposto — segundo sua expressão — a usar essa maioria contra ninguém, mas apenas se utilizar da "força do entendimento". Há uma nitida intenção de blefar, como sempre ocorre entre adversários mesmo fora de uma mesa de pôquer, e a situação permanece a mesma quando não se trata do caso específico do regimento.

Há ainda a impressão, detectada em certos setores, de que saiu fortalecida a liderança de Carlos Santana, que, se não comanda o PMDB, "pelo menos já conta com seu Exército", segundo expressão de um parlamentar. Esse "Exército", que se alia ao PFL "em questões de princípios" — como dizem os liberais — contaria hoje com cerca de 60 a 70 componentes, que se somariam ainda aos conservadores dos pequenos partidos para formar o "partido" informal do presidente Sarney. Um detalhe que não pode ser esquecido, porém é de que esse "partido" permaneceria coeso em defesa de princípios "governistas", mas poderia se alterar em função de matérias especificamente ideológicas, como por exemplo a questão da reforma agrária.

Nesse aspecto, o deputado Jayme Santana (PFL-MA) expõe uma tese de considerável precisão: "Eu acredito — diz ele — na formação de blocos, mas não na formação de um monobloco".

Planalto deseja mais líderes, diz Camata

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) afirmou ontem que o presidente José Sarney já está articulando a nomeação de novos líderes para possibilitar uma maior mobilização da bancada da Aliança Democrática. Explicou que estes parlamentares não teriam a função de um líder — no conceito amplo da palavra —, já que serviriam como "ponte" para facilitar o trabalho do deputado Carlos Santana.

Camata, que fez as declarações após uma audiência com o presidente Sarney, não esclareceu se esta articulação do Palácio do Planalto seria feita de comum acordo com as lideranças do PMDB e do PFL, ou se os novos líderes seriam escolhidos por ele (presidente), como foi o caso do deputado Carlos Santana.

O ex-governador do Espírito Santo não vê qualquer anormalidade no fato, acrescentando que a conversa surgiu por ele ter levado a proposta para Sarney. Considera necessária a escolha de pessoas "que tenham a possibilidade de fortalecer a Aliança", pois, na sua opinião, as discussões sobre o regimento interno têm provocado um grande desgaste.

Não acredita que a nomeação desses parlamentares represente uma maior interferência do Executivo na Assembleia Constituinte. Para ele, esta é uma maneira de tentar unir as forças que visam somente a obtenção de bons resultados. "Um exemplo disso é o fato do presidente ter achado oportuno o adiamento da votação do regimento interno, já que era visível o impasse na questão, e isso, provavelmente, surtirá efeitos negativos na fase de elaboração da nova Carta".

Incompetência

As lideranças partidárias da Câmara dos Deputados não reagiram bem à notícia. Apesar de não ter conhecimento da intenção do presidente o vice-líder do PDT, Amaury Muller, declarou que "se isso realmente acontecer, o deputado Carlos Santana é um verdadeiro desastre e a melhor atitude do presidente seria nomear outro parlamentar para ocupar o cargo".

Além disso, considerou que isso provaria, ainda mais, "a ingerência indevida do Executivo na Constituinte, que está impondo as coisas de fora para dentro". Não entende porque o presidente Sarney está tão preocupado com o assunto "pelo fato do PMDB deter 54 por cento dos parlamentares".

O PCB e o PT também repudiaram a intenção. Segundo o vice-líder do PT, deputado Plínio Sampaio (SP), "o Executivo não tem que se manifestar, pois a Constituinte está acima de todos os poderes". Para ele, a soberania da Assembleia "impede a existência de um porta-voz do governo, quanto mais de vários".

Desnecessário

O deputado Antônio Brito (PMDB-RS) — um dos articuladores do grupo Pró-Soberania — considerou desnecessária a preocupação de Sarney. Acrescentou que o partido "sempre deu apoio às questões de relevância defendidas pelo Planalto". O líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, é da mesma opinião, só que para ele a intenção não deve ser comentada, "pois o presidente tem liberdade de fazer o que achar melhor".

Pequenos se opõem à atuação do Executivo

A interferência do Poder Executivo na Constituinte foi criticada severamente, ontem à tarde, por parlamentares do PDT, PT, PCB e PC do B. Eles condenaram sobretudo, a atuação do líder do governo na

Câmara, deputado Carlos Santana, durante a sessão de anteontem, ao mesmo tempo em que reafirmaram a disposição de continuar a luta pela soberania da Constituinte.

Para o vice-líder do PDT, Amaury Muller, o Executivo está interferindo indevidamente, "até abusivamente", na Constituinte. Ele considerou "deplorável" o convite feito por Carlos Santana durante a sessão de anteontem — incitando os senadores "que são amigos do presidente Sarney" a se retirar do plenário — e disse que o PDT "repudia qualquer tipo de ingerência, principalmente do Executivo, na Constituinte".

"Houve interferência aberta e direta do Executivo", denunciou, por sua vez, o deputado José Genóio, vice-líder do PT, que também condenou a atuação de Carlos Santana e a visita feita aos constituintes pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard, pouco antes de co-

meçar a sessão de quarta-feira.

José Genóio acha que essa interferência implica em que a questão da soberania da Constituinte tem que ser reforçada, e afirmou que o PT mantém sua posição de apelar ao PMDB

para que mantenha, na íntegra, o parágrafo sete do artigo 57, com a inclusão de alguns destaques, para melhorá-lo.

"A Comissão de Sistematização não pode reter arquivar definitivamente projetos de decisão, porque eles têm que ser apreciados, em última instância, pelo plenário", frisou o líder do PC do B, Haroldo Lima, ao explicar um dos destaques que o partido quer ver incluído no artigo 57.

Na opinião de Haroldo Lima, o governo tem se desgastado muito na constituinte, "não só pelas posições que tem defendido, como também pela forma intervencionista com que vem agindo". O vice-líder do PC do B entende que, nesse sentido, o fato mais "chocante" ocorreu na sessão de quarta-feira, "quando o executivo chegou a manifestar formalmente, através do deputado Carlos Santana, sua posição contrária à questão da soberania da Constituinte".

Artigo 57 é defendido por Amaury

"Não sou jurista, mas tenho visão. E uso oculus para não ser cego". A afirmação é do vice-líder do PDT na Câmara, Amaury Muller, que como as lideranças do PMDB, PT e PCB, não concorda com a argumentação de que o artigo 57 do regimento interno é inconstitucional e, por isso, o presidente Sarney estaria disposto a tentar derrubar o dispositivo — caso seja aprovado — junto ao Supremo Tribunal Federal.

Estas lideranças não tiram o direito do Palácio do Planalto de contestar uma decisão da Assembleia Nacional Constituinte no judiciário. Para eles, no entanto, a medida é incoerente, pois a emenda que a convocou determina que, enquanto os trabalhos não estiverem encerrados, este é o poder supremo do País.

O deputado Luiz Henrique, líder do PMDB, afirmou que o artigo 57 é o fruto de uma longa obra de negociação e dificilmente sairá do regimento. Na sua opinião, não existe qualquer detalhe que indique sua inconstitucionalidade, principalmente porque "a Assembleia está criando uma nova ordem constitucional".

Eles não temem uma possível interferência do judiciário nas decisões da Assembleia. O vice-líder do PT, Plínio Sampaio (SP) reafirma que a soberania da Constituinte "está muito clara e ninguém pode interferir nas suas decisões".

Projeto pede eleição após Constituinte

A deputada Sandra Cavalcante (PFL-RJ) apresentou ontem, à Mesa da Assembleia Constituinte, Projeto de Decisão que convoca eleições gerais no país, 90 dias após a promulgação da nova Constituição, que não deverá ultrapassar o prazo de 31 de dezembro deste ano.

O Projeto da deputada prevê também a extinção dos mandatos de deputados e senadores, a partir do dia primeiro de março deste ano, data em que o Congresso deixaria de existir. Caberia, então, à Assembleia Constituinte assumir as funções de Poder Legislativo.

— Ao término da elaboração da Constituinte extingue-se o mandato do presidente da República, dos governadores, dos prefeitos, dos deputados estaduais e dos vereadores, e no dia 30 de março de 1988, o país inteiro, em eleições gerais vai dizer se está ou não de acordo com o trabalho que aqui foi realizado, explicou a deputada. Assinalou ainda que logo após a promulgação da nova Carta, a Nação deve caminhar para eleições gerais, em todos os níveis, a começar pelo próprio Poder Legislativo.

Em plenário disse que o Regimento Interno deverá ser aprovado, após o carnaval, com o artigo 57 e seu parágrafo sete, transformando a Assembleia Constituinte, instalada no dia primeiro deste mês, em uma Assembleia livre e soberana para alterar a própria estrutura institucional que está em vigor.